

CARACTERIZAÇÃO DOS RESULTADOS DE PESQUISA DE TESES E DE DISSERTAÇÕES SOBRE O PROGRAMA “SÃO PAULO FAZ ESCOLA”

CHARACTERIZATION OF RESEARCH RESULTS OF THESES AND DISSERTATIONS ON THE “SÃO PAULO DOES SCHOOL” PROGRAM

Fernanda Sauzem Wesendonk¹

RESUMO: Busca-se estabelecer um panorama sobre os resultados de pesquisas referentes à incidência e às possíveis implicações do Programa “São Paulo faz Escola”, no contexto de escolas da rede pública do Estado de São Paulo, a partir da análise de 39 teses e dissertações, da área de Educação, publicadas nas bibliotecas virtuais de três instituições de ensino superior estaduais do Estado de São Paulo, no período de 2009 a 2017, as quais apresentam como foco principal de investigação o referido Programa. Foram elaboradas categorias de análise relacionadas com os aspectos principais emergentes dos resultados das investigações. Como decorrência do tratamento das informações coletadas, evidenciou-se o intenso direcionamento dado pela Secretaria da Educação do Estado para a execução de suas diretrizes educacionais no âmbito das escolas da rede pública, mediante, por exemplo, a responsabilidade atribuída aos professores coordenadores frente à implementação do Programa no contexto escolar e ao atrelamento dessa política ao Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo. Ainda, destaca-se a exclusão dos professores no processo de construção da proposta, a qual se centrou em especialistas definidos pela Secretaria da Educação, e a ausência de instruções pertinentes aos agentes escolares visando à implementação da política nas escolas.

Palavras-chave: Programa “São Paulo faz Escola”; Teses e dissertações; Educação.

ABSTRACT: This article seeks to establish an overview of the results of research regarding the incidence and possible implications of the “São Paulo does School” Program in the context of public schools in the State of São Paulo. It is based on the analysis of 39 theses and dissertations, from the area of Education, published in the virtual libraries of the three highest state education institutions in the State of São Paulo, in the period from 2009 to 2017, which present the Program as the focus of investigation. Analysis categories related to the main aspects from the research results were elaborated. As a result of the information collected, was evidenced the intense guidance given by the State Education Department for the execution of its educational guidelines in the context of public schools by, for example, the responsibility assigned to coordinating professors for the implementation of the Program in the school context and the linkage of this policy to the Evaluation System of the School Performance of the State of São Paulo. Furthermore, the exclusion of teachers from the process of building the proposal, which focused on specialists defined by the Department of Education, and the absence of instructions to school agents aiming at implementing the policy in schools stand out.

Keywords: São Paulo does school; Academic-scientific productions; Education.

¹Fernanda Sauzem Wesendonk, Doutora em Educação para a Ciência pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), fernandasw@furg.br.

INTRODUÇÃO

Este estudo concentra ênfase em uma política pública educacional, fonte de orientações e de determinações para a Educação Básica, estabelecida e implementada em termos de organização curricular e de distribuição de materiais didáticos, no contexto de escolas da rede pública do Estado de São Paulo, a saber: o Programa “São Paulo faz Escola”.

Em 2008, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP) sugeriu uma ação integrada e articulada com o objetivo de melhor organizar o sistema educacional do Estado: a implementação de um currículo básico para a rede escolar pública estadual nos níveis de Ensino Fundamental (Anos Finais) e Ensino Médio. A SEE/SP procurou com essa proposta “garantir a todos uma base comum de conhecimentos e de competências para que nossas escolas funcionem de fato como uma rede” (SÃO PAULO, 2011, p. 7).

O Programa “São Paulo faz Escola” reúne todos os materiais decorrentes dessa nova organização do sistema escolar do Estado. O documento básico desse Programa é composto por um currículo de caráter geral e outro de caráter específico para cada disciplina, considerando as seguintes áreas do conhecimento: Ciências Humanas e suas Tecnologias; Matemática e as Áreas do Conhecimento; Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; e Ciências da Natureza e suas Tecnologias.

Um quadro presente no Currículo de cada componente curricular apresenta claramente a proposta da SEE/SP para a distribuição dos conteúdos dentro de cada tema, considerando a série/(ano) e bimestre do ano letivo. Ainda, para cada tema a ser tratado no âmbito das disciplinas, são indicadas as habilidades preconizadas para serem desenvolvidas pelos estudantes.

Ainda em relação aos materiais constituintes do Programa, há também um documento com orientações para a gestão do Currículo na escola, denominado de Caderno do Gestor, o qual é destinado especialmente aos professores coordenadores, diretores, professores coordenadores das oficinas pedagógicas e supervisores. Esse material tem como finalidade:

[...] apoiar o gestor para que ele seja um líder capaz de estimular e orientar a implementação do currículo nas escolas públicas estaduais de São Paulo. [...] garantir que a Proposta Pedagógica, que organiza o trabalho nas condições singulares de cada escola, seja um recurso efetivo e dinâmico para assegurar aos alunos a aprendizagem dos conteúdos e a constituição das competências previstas no currículo (SÃO PAULO, 2011, p. 8).

A SEE/SP estabeleceu, em 2007, mediante a Resolução SE-88, de 19 de dezembro de 2007, a figura do professor coordenador. A esse profissional foi dada a responsabilidade de ser o agente central na implementação bem-sucedida da política educacional no âmbito escolar. A intenção da Secretaria foi colocar o professor coordenador como seu “representante” dentro das escolas, de modo a incentivar todos os demais agentes escolares a incorporarem as diretrizes estabelecidas pelas SEE/SP, mediante o Programa “São Paulo faz Escola”, em suas práticas didático-pedagógicas.

Desse modo, destaca-se que as orientações do Caderno do Gestor são objetivas ao professor coordenador, embora esse material também seja dirigido aos demais profissionais da gestão escolar. A implantação dessa resolução reforça a importância dada pela SEE/SP ao coordenador na implementação do Currículo nas escolas do Estado.

O Programa se completa com o Caderno do Professor, distribuído no ano de 2008, e com o Caderno do Aluno, com distribuição em 2009, ambos organizados por disciplina/série(ano)/bimestre. Em relação aos Cadernos direcionados aos professores:

[...] neles, são apresentadas situações de aprendizagem para orientar o trabalho

do professor no ensino dos conteúdos disciplinares específicos. Esses conteúdos, habilidades e competências são organizados por série e acompanhados de orientações para a gestão da sala de aula, para a avaliação e a recuperação, bem como de sugestões de métodos e estratégias de trabalho nas aulas, experimentações, projetos coletivos, atividades extraclasse e estudos interdisciplinares (SÃO PAULO, 2011, p. 8).

A partir de 2010, os documentos que constituem o Programa consolidam-se como o Currículo Oficial do Estado. Uma medida tomada pela SEE/SP para também direcionar a implementação do Programa “São Paulo faz Escola”, no contexto escolar, foi o estabelecimento de mudanças para a efetivação de docentes aprovados em concurso público promovido pelo Estado. Desde o ano de 2010, os candidatos aprovados passaram a fazer, obrigatoriamente, o Curso de Formação Específica do Concurso Público para Professor da Educação Básica II, oferecido pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo (EFAP), o qual visa oferecer uma formação compatível com tal política educacional, a partir da ênfase na preparação docente, inclusive em relação a aspectos metodológicos para a atuação do professor com o Currículo Oficial do Estado.

Assim, a efetivação dos candidatos aprovados nos concursos públicos fica condicionada à aprovação no curso de formação específica, o qual se tornou uma etapa eliminatória dos concursos destinados à contratação de docentes para a educação básica, ciclo II (6º ao 9º ano do Ensino Fundamental). Concomitantemente, faz-se importante salientar que os documentos do Programa “São Paulo faz Escola” estão diretamente atrelados ao Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – o SARESP.

A partir de uma análise rápida dos documentos pertencentes ao Programa (Currículo, Cadernos do Professor e do Aluno) e das matrizes de referência para essa avaliação externa, é possível identificar a correspondência entre os conteúdos e as expectativas de aprendizagem preconizadas nesses materiais. Um olhar para as dez metas para a Educação, estabelecidas no ano de 2007 (ou seja, um ano anterior à implementação do Programa “São Paulo faz Escola”), mediante o Plano Estadual de Educação, as quais visavam a melhoria do sistema educacional do Estado, fica evidente a relevância atribuída às avaliações externas e em larga escala, uma vez que uma dessas metas objetivava uma melhora no índice de desempenho dos alunos matriculados nos ensinos fundamental e médio nas avaliações nacionais e estaduais (SÃO PAULO, 2007).

Podemos afirmar que muitas das mudanças que são propostas e desenvolvidas em escolas têm como origem as orientações/determinações presentes nas políticas educacionais. Entendemos que essas políticas sejam a forma de interação entre Estado e sociedade (instituições escolares ou instituições relacionadas à educação formal), para operacionalização dos desígnios e plataformas de governos, mediante a proposição e a implementação de programas, ações e normativas que produzam resultados ou mudanças nas atividades desenvolvidas nesse âmbito. (DI GIOVANI, 2009). Frente ao exposto, o presente estudo objetivou *estabelecer um panorama sobre os resultados de pesquisa referentes à incidência e às possíveis implicações do Programa “São Paulo faz Escola” no contexto de escolas da rede pública do Estado de São Paulo, a partir de uma revisão de literatura em teses e em dissertações da área de Educação.*

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O levantamento de teses/dissertações foi realizado mediante o acesso aos websites das bibliotecas virtuais das seguintes instituições de ensino superior estaduais do Estado de São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) . A escolha por essas

instituições justifica-se, primeiramente, por estarem situadas no Estado de São Paulo. Partimos do pressuposto que as produções referentes à temática em estudo estejam centradas nesse Estado, local em que a política educacional está sendo implementada.

Difícilmente haverá o interesse e um número expressivo de produções científico-acadêmicas desenvolvidas fora do contexto de implementação do Programa. Além disso, essas universidades possuem amplos repositórios de teses e de dissertações, por meio dos quais são disponibilizados os trabalhos produzidos no âmbito das instituições, via internet. O fato de as produções estarem disponibilizadas digitalmente, e não apenas nas bibliotecas físicas das universidades, permite facilmente o acesso a esses trabalhos e, conseqüentemente, uma maior circulação dessas produções para toda a comunidade acadêmica.

Destacamos que, inicialmente, havíamos acessado o Banco de teses e de dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para efetuarmos a busca pelas produções referentes à temática de estudo. No entanto, após identificarmos que alguns trabalhos produzidos sobre a política, os quais já eram de nosso conhecimento, não estavam disponíveis no portal, optamos por acessar diretamente as bibliotecas digitais das universidades selecionadas.

Utilizamos as ferramentas de busca dos websites dos repositórios de teses e de dissertações das referidas instituições, de modo a identificar as produções que continham, no título, resumo e/ou palavras-chave, algum dos seguintes termos: Proposta Curricular do Estado de São Paulo; Currículo do Estado de São Paulo, Currículo Oficial do Estado de São Paulo, Caderno do Aluno, Caderno do Professor, Programa São Paulo faz Escola.

A primeira etapa do processo de identificação de teses e de dissertações ocorreu no primeiro semestre de 2015, período no qual estávamos procurando melhorar a elaboração/explicação do foco e do objetivo de um projeto de pesquisa de doutorado, o qual estava vinculado a um Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências. Isto é, ao definirmos o tema da investigação, procuramos estudar o que já foi produzido sobre ele, culminando em uma caracterização da produção acadêmico-científica sobre a temática.

A partir do desenvolvimento de um estudo de revisão de literatura e, conseqüentemente, da caracterização das produções identificadas, avaliamos que seria possível afirmar com maior segurança que pontos valeriam a pena ser investigados; que pontos não renderiam boas pesquisas; que pontos se constituiriam em lacunas passíveis de investigações, entre outros.

No início do segundo semestre de 2017, refizemos a identificação e seleção de teses e de dissertações, considerando as mesmas fontes e termos de busca, de modo a atualizar o nosso levantamento, incluindo pesquisas que haviam sido publicadas a partir do ano de 2015. Foram identificadas investigações desenvolvidas sobre o Programa “São Paulo faz Escola”, no período de 2009 a 2017. Vale ressaltar que o Programa foi implementado em 2008 e, então, a partir de 2009 já começam a serem publicadas as primeiras pesquisas com foco nessa política educacional.

As produções, na íntegra, que continham algum desses termos de busca foram salvas. Como etapa seguinte, fizemos a leitura dos resumos, de modo a selecionar apenas aquelas produções que apresentavam como foco de pesquisa a política pública educacional em questão. No total, foram identificadas 74 teses/dissertações que tratam sobre a temática.

Como a nossa intenção com essa revisão de literatura reside em mapear o que já foi constatado sobre a incidência e sobre as possíveis implicações do Programa “São Paulo faz Escola” no contexto escolar do Estado de São Paulo, não consideramos, na fase inicial de seleção das produções, as teses/dissertações que não apresentavam essa política como foco principal de investigação. Ainda coerentes com a nossa intenção inicial, excluímos das 74 teses/dissertações selecionadas no total, aquelas investigações que focaram em análises documentais, isto é, que utilizaram como fontes de informações apenas “documentos”, tais como os documentos oficiais

decorrentes do Programa.

Consideramos, por outro lado, apenas as pesquisas que utilizaram como fontes de informações “sujeitos” e/ou “espaços”, mesmo que tenham feito também uso de documentos, de modo a nos aproximar de resultados de pesquisas realizadas no contexto de nosso interesse, ou seja, a escola. Assim, depois da leitura aprofundada dos resumos das 74 investigações identificadas, excluímos 35 que se referiam ao Programa “São Paulo faz Escola”, mas que adotaram como fontes de informações apenas documentos. Após essa etapa, reduzimos a nossa amostra para 39 teses/dissertações, as quais foram efetivamente analisadas neste estudo de revisão de literatura. O quadro a seguir indica claramente a distribuição das 39 investigações por instituição de ensino superior.

Quadro 1. Distribuição do número de teses/dissertações identificadas e analisadas por instituição de ensino superior em que foram produzidas (USP, UNICAMP ou UNESP)

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR		ANO DE PRODUÇÃO	QUANTIDADE DE TESES/DISSERTAÇÕES		
Nome	Modalidade		Total		
	Tese			Dissert.	
1.	Universidade de São Paulo	2009	00	00	00
		2010	00	00	00
		2011	01	01	02
		2012	01	02	03
		2013	01	02	03
		2014	00	01	01
		2015	00	00	00
		2016	00	02	02
		2017	00	00	00
2.	Universidade Estadual de Campinas	2009	00	00	00
		2010	00	00	00
		2011	00	01	01
		2012	01	00	01
		2013	00	00	00
		2014	00	01	01
		2015	00	00	00
		2016	00	00	00
		2017	00	01	01
3.	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”	2009	00	01	01
		2010	00	02	02
		2011	00	00	00
		2012	01	04	05
		2013	01	02	03
		2014	03	01	04
		2015	01	01	02
		2016	02	03	05
		2017	00	02	02
TOTAL			12	27	39

Fonte: Autor, 2021.

Realizamos a leitura diagonal do texto completo das 39 teses/dissertações selecionadas, a fim de identificarmos as seguintes informações: (1) ano de publicação, (2) instituição responsável, (3) nome do autor, (4) título da investigação, (5) objetivo da investigação, (6) fontes de informações privilegiadas, (7) instrumentos utilizados para a coleta de informações, (8) componente curricular foco da investigação, (8) principais resultados construídos. Todas essas informações foram reunidas em um quadro-síntese de informação.

De modo a tratar e a analisar as teses/dissertações selecionadas, utilizamos a categorização temática ou codificação (GIBBS, 2009) a qual está baseada na perspectiva da Teoria Fundamentada (CHARMAZ, 2009). O foco dessa Teoria está na utilização de categorias construídas a partir das informações coletadas. Neste estudo, construímos categorias de análise a posteriori, ou seja, decorrentes da leitura das informações coletadas, para classificar as 39 investigações, de acordo com os resultados construídos.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Anteriormente à discussão das categorias estabelecidas, apresentaremos as fontes e os instrumentos para a coleta de informações privilegiadas pelas investigações, assim como os componentes curriculares que foram foco das pesquisas desenvolvidas. Essas informações estão indicadas nos quadros a seguir.

Quadro 2. Fontes de informações utilizadas nas teses e dissertações identificadas e analisadas no âmbito da revisão de literatura

N.	TIPOS DE FONTES DE INFORMAÇÕES	QUANTIDADE DE TESES E DE DISSERTAÇÕES
1.	Documentos e Sujeitos	11
2.	Documentos, Espaços e Sujeitos	10
3.	Sujeitos	09
4.	Espaços e Sujeitos	08
5.	Espaços	01
TOTAL		39

Fonte: Autor, 2021.

Os documentos utilizados nas pesquisas são basicamente o Currículo Oficial do Estado de São Paulo e os Cadernos do Professor e do Aluno decorrentes do Programa. Os espaços utilizados como fontes de informações referem-se, em geral, às aulas ministradas por professores de diferentes componentes curriculares no âmbito de escolas da rede pública estadual e às reuniões entre professores (denominado de Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo – HTPC) desenvolvidas nessas escolas. E, quanto aos sujeitos consultados nas investigações, tratam-se, especificamente, de professores, diretores e coordenadores pedagógicos atuantes em escolas públicas do Estado de São Paulo.

Fica evidente o amplo número de investigações que privilegiam sujeitos, isto é, os diferentes agentes escolares, como fontes de informações. Esse fato corrobora com a utilização, em número expressivo, de entrevistas como instrumentos para a coleta de informações, conforme podemos observar no quadro a seguir.

Quadro 3. Instrumentos para a coleta de informações utilizados nas teses e dissertações identificadas e analisadas no âmbito da revisão de literatura

N.	INSTRUMENTOS PARA A COLETA DE INFORMAÇÕES	QUANTIDADE DE TESES E DE DISSERTAÇÕES
1.	Análise Documental, Observação e Entrevista	08
2.	Análise Documental e Entrevista	08
3.	Observação e Entrevista	05
4.	Entrevista	04
5.	Entrevista e Questionário	03
6.	Entrevista, Observação e Questionário	02
7.	Análise Documental e Questionário	02
8.	Análise Documental, Observação, Entrevista e Questionário	01
9.	Análise Documental, Entrevista e Questionário	01
10.	Análise Documental, Observação e Questionário	01
11.	Observação e Questionário	01
12.	Questionário	01
13.	Observação	01
14.	Grupo Focal	01
TOTAL		39

Fonte: Autor, 2021.

E a seguir, o quadro 4.

Quadro 4. Componentes curriculares foco das teses e das dissertações identificadas e analisadas no âmbito da revisão de literatura

N.	COMPONENTES CURRICULARES	QUANTIDADE DE TESES E DE DISSERTAÇÕES
1.	Sem especificação	08
2.	Geografia	05
3.	Língua Inglesa	05
4.	Educação Física	04
5.	Matemática	04
6.	Artes	03
7.	Química	02
8.	Língua Portuguesa e Matemática	02
9.	Língua Portuguesa e Literatura	01
10.	Biologia, Física e Química	01
11.	Filosofia	01
12.	Física	01
13.	História	01
14.	Língua Portuguesa	01
TOTAL		39

Fonte: Autor, 2021.

As teses e dissertações que não especificam o componente curricular foco da pesquisa, em

geral são investigações que se propõem a estudar aspectos da implementação do Programa “São Paulo faz Escola” no contexto escolar, mas sem a intenção de direcionar a investigação para uma determinada área do conhecimento. Podemos citar as investigações que envolvem apenas coordenadores pedagógicos como sujeitos de pesquisa. Soma-se a essas, as investigações que utilizam professores que atuam em salas de aula como fontes de informações, mas sem focar na disciplina ministrada por esses sujeitos. Ou seja, para essas pesquisas importa o que falam os professores sobre a temática em estudo, independente da disciplina pela qual sejam responsáveis.

Destacamos, a partir deste momento, as categorias estabelecidas mediante a leitura das teses/dissertações selecionadas. Essas categorias estão relacionadas com os aspectos principais emergentes dos resultados dessas investigações, os quais apontam para a incidência e para as possíveis implicações do Programa “São Paulo faz Escola” no contexto das escolas em que é implementado, a saber: preparação para o uso do Currículo Oficial e dos Materiais Didáticos decorrentes do Programa “São Paulo faz Escola”; utilização do Currículo Oficial e dos Materiais Didáticos decorrentes do Programa; dificuldades enfrentadas para a utilização do Currículo Oficial e dos Materiais Didáticos decorrentes do Programa; percepções de professores/coordenadores/diretores sobre o Currículo Oficial e sobre sua implementação nas escolas, bem como sobre os Materiais Didáticos decorrentes do Programa.

Em relação à *preparação para o uso do Currículo Oficial e dos Materiais Didáticos decorrentes do Programa “São Paulo faz Escola”*, os resultados das investigações indicam que: os professores não receberam formação suficiente para a utilização dos materiais decorrentes do Programa; não houve cursos/encontros/processos de formação continuada antes ou durante a implementação do Currículo, os quais tratassem sobre a sua utilização; os professores passaram a conhecer os materiais decorrentes do Programa a partir de reuniões entre professores e coordenadores pedagógicos, desenvolvidas no âmbito das unidades escolares.

[...] no primeiro ano as orientações sobre o material curricular foram repassadas diretamente somente para os PCNPs [Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico], estes apenas podiam repassar as orientações aos PCs [Professor Coordenador] das escolas e os últimos é que repassavam as orientações aos professores de todas as disciplinas (MELONI, 2013, p. 106).

Todo o planejamento foi apoiado em videoconferências que relatavam sobre a Nova Proposta Curricular do Estado de São Paulo, tentando deixar claros seus objetivos, mas a única coisa que realmente ficou claro foi a padronização do conteúdo em toda a rede e o compromisso de incorporá-la em seu trabalho e aplicá-la de acordo com as orientações da Secretaria Estadual de Ensino, ou seja, aplicar sem contestar (PEREIRA, 2011, p. 74).

Um primeiro aspecto para se levar em conta é que para aquele professor não houve uma formação específica para o uso do material ou, pelo menos, o que foi apresentado no curso e formação não foi suficiente (TEIXEIRA, 2016, p. 155).

Em relação à *utilização do Currículo Oficial e dos Materiais Didáticos decorrentes do Programa*, os resultados das investigações indicam que: o Currículo e os Cadernos são considerados como base para a organização e para o desenvolvimento do trabalho didático-pedagógico de professores no contexto escolar, mas que a maior parte desses docentes realiza adaptações nesses materiais, de modo a deixá-los coerentes com os objetivos pretendidos, bem como para adequá-los a realidade em que serão inseridos. Evidencia-se, desse modo, a partir das informações coletadas no âmbito das investigações, elementos que indicam certa autonomia do professor em relação às decisões a serem tomadas para o desenvolvimento de seu trabalho didático-pedagógico.

O fato do Caderno do Professor estabelecer como deve acontecer a aula não impede que cada docente coloque o “seu fazer” no desenvolvimento da atividade proposta (OLIVEIRA, 2012, p. 125).

No caso da escola selecionada, podemos verificar que o Professor de Geografia modifica as orientações curriculares de acordo com a realidade vivenciada na sala de aula, e constatamos que este sujeito do processo de ensino e aprendizagem desenvolve as suas aulas de acordo com as suas escolhas (MELONI, 2013, p. 106).

[...] a professora desenvolveu uma prática pedagógica a partir do currículo na qual ela não apenas “aplicou” as orientações sugeridas no Caderno do Professor (documento base para sua prática), mas promoveu, por meio de um processo de interação com o currículo, significativas modificações ao adotar, adaptar e excluir propostas presentes nele, além de desenvolver atividades e experiências não previstas nos documentos oficiais. A esse processo de interação com o currículo demos o nome de “alternativa curricular”. (ROCHA, 2014, p. 7)

Segundo os professores entrevistados, eles fazem uso dos materiais complementando, “facilitando”, fazendo as devidas adaptações à realidade dos alunos. [...] Percebe-se que, embora a SEE tente normatizar condutas e padronizar currículos e conteúdo para todos os alunos da rede pública paulista, a escola é viva e dinâmica, seus profissionais possuem certa autonomia e independência no fazer pedagógico (NUNES, 2014, p. 119).

Em relação às *dificuldades enfrentadas para a utilização do Currículo Oficial e dos Materiais Didáticos decorrentes do Programa*, os resultados das investigações indicam que: as orientações para o professor em relação ao desenvolvimento das situações de aprendizagem são, em alguns casos, insuficientes, assim como as orientações para o desenvolvimento de estratégias de ensino e de avaliação; os materiais decorrentes do Programa não consideram a diversidade de contextos a que se destinam; os professores consideram que há um descompasso entre os conteúdos indicados no Currículo e a realidade dos alunos; o tempo previsto para a implementação dos Cadernos não corresponde à realidade escolar.

[...] está tentativa de uniformizar os conteúdos e métodos trabalhados, nas mais variadas unidades escolares, na busca de uma universalidade, desconsidera as diversidades presentes nos diferentes cotidianos escolares, desconsidera também o papel do professor como conhecedor e responsável pela sua metodologia, conceitos e conteúdo a serem trabalhados tratando - de forma igual - os desiguais e com isto aumentando a desigualdade entre os resultados esperados (OKUBO, 2012, p. 138).

Ao término da análise dessas situações de aprendizagem, a professora-pesquisadora concluiu que tais “situações de aprendizagem” estavam distantes da realidade da sala de aula. De acordo com seu modo de pensar a educação e de notar a realidade dos seus alunos, ela optou por trabalhar estas situações de aprendizagens de outros modos [...] (PEREIRA, 2011, p. 153).

O tempo, ou melhor, a falta dele, foi o fator que todos os entrevistados mencionaram de forma unânime. Com apenas duas aulas semanais (cada uma com cinquenta minutos no período da manhã e com 45 minutos no período noturno), os professores alegam ser impossível dar conta de todos os temas elencados nos Cadernos de uma forma minimamente adequada (CARVALHO, 2015, p. 185).

Em relação às *percepções de professores/coordenadores/diretores sobre o Currículo*

Oficial e sobre sua implementação nas escolas, bem como sobre os Materiais Didáticos decorrentes do Programa, os resultados das investigações indicam que: alguns professores acreditam que o Programa não considera o projeto político-pedagógico das escolas, bem como o contexto social, cultural e econômico no qual a escola está inserido; há professores que consideram os conteúdos dos Materiais Didáticos em desacordo com a realidade dos alunos e que os documentos decorrentes do Programa não contribuem para a formação de um cidadão crítico; os professores se sentem desvalorizados pelo fato de não terem sido envolvidos na construção da Proposta Curricular, desse modo, se veem, muitas vezes, como meros “aplicadores” do Currículo e dos Cadernos; muitos professores consideram esses materiais como subsídios para a organização e desenvolvimento de suas atividades em sala de aula, porém, não deixam de fazer uso de outros materiais didáticos; a utilização dos materiais decorrentes do Programa por uma parte dos professores pode estar associada à bonificação por desempenho decorrente do SARESP, já que essa avaliação exige o que está proposto no Currículo do Estado.

[...] O Estado fornece materiais para professores, gestores e alunos, mas não chega ao alvo principal: fortalecer as bases para que cada escola (e não seus profissionais individualmente) desenvolva seu projeto pedagógico, como previsto em lei (CATANZARO, 2012, p. 112-113).

É visível nos dados analisados o sentimento de que foi retirado desses professores a autoria e a autonomia de intervenção profissional, ficando o trabalho docente muito mais numa perspectiva utilitarista de um currículo predeterminado (BARROS, 2014, p. 8).

Apesar de constar nos documentos da reforma curricular que os professores têm liberdade para adequarem o conteúdo à realidade em que trabalham, essa é uma autonomia relativa, pelo fato de que os conteúdos serão posteriormente aferidos nas avaliações externas (APARECIDA NETO, 2012, p. 78).

Os profissionais entrevistados que fazem uso do Currículo Oficial se apropriam dos instrumentos de sua aplicação [...] para preparar os alunos para a realização das avaliações externas e com isso elevar os índices e conseguir a bonificação salarial (NUNES, 2014, p. 118).

Alguns professores mencionaram que a SEE/SP não os consultou a respeito das mudanças que ocorreriam na educação paulista, uma vez que, eles são os agentes responsáveis por desenvolver a política educacional paulista. Este fato gerou certa resistência por parte de alguns docentes, que sentiram obrigados a trabalhar com um material que não lhes foi apresentado anteriormente e que não leva em consideração a especificidade da cada unidade escolar (SANTOS, 2013, p. 171).

[...] o processo eletrônico de consulta aos professores da rede parece não ter sido tão incisivo nas escolas quanto divulga a Secretaria, tanto que o professor da escola B não se recorda de ter sido chamado para participar do processo de elaboração dos novos currículos. Para ele, tratou-se de uma imposição do poder público do Estado (GIAVARA, 2011, p. 64).

Para os Professores 1, 4 e 7, os Cadernos não permitem explicitar qual o tipo de aluno que se deseja formar, ou seja, qual o perfil de cidadão que deveria sair formado pela escola pública estadual paulista. Quando inqueridos a responder se esse material didático favoreceria a formação de um cidadão crítico, nos termos descritos pela legislação educacional federal, todos afirmaram que não, a criticidade cidadã não seria favorecida, pois os alunos não possuiriam conhecimento suficientemente aprofundado referente aos conteúdos escolares (conhecimentos disciplinares) tais que lhes permitissem plenamente a realização de análises da realidade (CARVALHO, 2015, p. 186-187).

O CESP [Currículo do Estado de São Paulo], a partir da perspectiva dos professores, é considerado como um norte para a Educação Física, uma vez que, após as alterações de objetivos da área, os professores sentiam-se carentes de um referencial mínimo comum (MURBACH, 2017, p. 109).

A partir da análise das teses/dissertações e da sistematização dos resultados construídos, no âmbito das investigações, podemos afirmar que em relação à inserção do Programa “São Paulo faz Escola” no contexto escolar, essa ocorreu de modo impositivo por uma instância superior, sem a participação dos professores, os quais são diretamente responsáveis pela implementação dos materiais decorrentes do Programa nas escolas. Em conformidade, Cação (2010, p. 385) pondera que:

[...] as escolas não tiveram oportunidade de opinar sobre os pressupostos e as necessidades de implantação de uma nova proposta curricular, sequer foram consultados sobre suas experiências exitosas ou mesmo sobre as condições concretas de trabalho para o desenvolvimento dessas inovações. Uma vez mais, docentes, gestores e estudantes foram desconsiderados.

As análises realizadas, neste estudo, nos permitiram evidenciar o papel atribuído aos professores como de executores de conteúdos e de procedimentos estabelecidos pela Secretaria da Educação do Estado. Nessa vertente, Paes e Ramos (2014, p. 63) destacam os propósitos reais da SEE/SP em relação à implantação e implementação do Programa “São Paulo faz Escola”:

[...] apesar de o discurso oficial acenar para uma ação de descentralização e valorização da ação dos profissionais da educação no tocante à qualidade do ensino no estado, na prática foi mantida em suas bases uma postura centralizadora na definição dos caminhos de execução desse processo no contexto escolar. Ou seja, a SEE-SP descentralizou a execução da tarefa de promoção da qualidade do ensino nas escolas paulistas para gestores, coordenadores e professores, ao mesmo tempo em que centralizou no Governo do Estado a definição dos princípios da ação pedagógica desse processo, por meio de uma base curricular e didático-pedagógica fixada no corpo do programa São Paulo Faz Escola.

Ainda que os docentes declarem que atuam com autonomia perante o currículo e os materiais didáticos decorrentes do Programa, esses documentos influenciam nas escolhas do professor em relação ao trabalho didático-pedagógico que desenvolvem. Os professores têm a preocupação em cumprir com o Currículo do Estado. Destaca-se que mesmo aqueles professores que criticam os materiais didáticos disponibilizados, costumam seguir a sequência de conteúdos apresentada pelo Currículo. Os materiais do Programa “São Paulo faz Escola” estão diretamente relacionados com o SARESP e essa pode ser uma das razões que levam os docentes a utilizar os Cadernos disponibilizados pela SEE/SP ou, pelo menos, seguir a programação de conteúdo do Currículo Oficial do Estado, isto é, a fim de preparar os alunos para a realização dessa avaliação, visando, por um lado, um bom desempenho desses estudantes e, por outro lado, visando o Bônus Mérito². Como afirma Paes; Ramos (2014, p. 58, grifo dos autores), “tal proposta acabou transcendendo o objetivo de ser um instrumento de *apoio* pedagógico para as escolas, transformando-se no *foco central* do trabalho pedagógico docente, ao ser atrelada ao Saresp pela SEE-SP”.

A partir desse panorama em relação às produções sobre o Programa “São Paulo faz Escola”,

fica evidente a intenção dos autores em “dar voz” aos sujeitos das pesquisas, especialmente, aos que estão diretamente envolvidos com a inserção e a implementação dessa política no âmbito das escolas, isto é, professores e gestores. Por outro lado, tem-se que das 39 investigações analisadas, apenas 07 envolvem coordenadores pedagógicos como fontes de informações, sendo seis dissertações de mestrado (GIAVARA, 2011; APARECIDA NETO, 2012; MELONI, 2013; NUNES, 2014; SALMAZO, 2016; JUSTINO, 2017) e a uma tese de doutorado (BURANELLO, 2014).

Essa constatação nos chama a atenção, uma vez que o professor coordenador, conforme apontam os próprios documentos oficiais referentes ao Programa “São Paulo faz Escola”, assume significativa responsabilidade em relação à implementação dessa política no contexto escolar, ou seja, de dirigir ações que acarretem na utilização dos materiais decorrentes do Programa nas instituições escolares da rede pública estadual.

Apesar de essas 07 investigações envolverem professores coordenadores como fontes de informações e quatro trabalhos (GIAVARA, 2011; APARECIDA NETO, 2012; SALMAZO, 2016, JUSTINO, 2017), em particular, terem objetivado uma discussão sobre o papel desempenhado por esse agente, no âmbito de implementação da política, e a análise dos subsídios que esses professores possuem para desempenhar as suas funções, de acordo com a responsabilidade que assumem diante da implementação do Programa no ambiente escolar, evidenciamos que há uma carência de discussões sobre os fatores envolvidos na mediação realizada (ou que deve ser realizada) pelo coordenador entre os docentes dos diferentes componentes curriculares e os materiais decorrentes dessa política. Acreditamos que essa relação entre os professores, os professores coordenadores e a política pública educacional em estudo geram elementos que devem ser investigados e compreendidos, os quais não são claramente evidenciados e explorados nas teses/dissertações analisadas. Como exemplo, podemos citar os elementos que caracterizam as possíveis interações realizadas entre os professores de disciplinas e os professores coordenadores em relação à implementação das diretrizes estabelecidas pela SEE/SP, a partir do Programa “São Paulo faz Escola”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se, com este estudo, estabelecer um panorama sobre os resultados de pesquisa referentes à incidência e às possíveis implicações do Programa “São Paulo faz Escola” no contexto de escolas da rede pública do Estado de São Paulo, a partir de uma revisão de literatura em teses e em dissertações da área de Educação.

Em linhas gerais, este trabalho manifestou o intenso direcionamento pela SEE/SP para a execução de suas diretrizes educacionais pelas escolas da rede pública estadual, mediante, por exemplo, a atribuição dada aos professores coordenadores frente à implementação do Programa no contexto escolar e ao atrelamento dessa política ao SARESP. Tratando-se, em particular, sobre esse aspecto, foi possível evidenciar uma lacuna no que diz respeito ao que vem acontecendo, na ambiência das escolas do Estado, no que se refere ao papel desempenhado pelo professor coordenador na utilização dos materiais decorrentes do Programa “São Paulo faz Escola”, tendo em vista a relevância atribuída pela SEE/SP a esse agente escolar.

Ainda, em termos dos resultados desta investigação, destaca-se a exclusão dos professores no processo de construção da proposta, a qual se centrou em especialistas definidos pela SEE/SP, e na ausência de instruções pertinentes aos agentes escolares visando à implementação da política nas escolas, especialmente aos professores dos diferentes componentes curriculares e aos professores coordenadores.

Nessa vertente, parte-se do pressuposto que estamos tratando de implicações com poucos

efeitos sobre o trabalho desenvolvido pelos profissionais das instituições escolares pertencentes à rede de ensino estadual, provavelmente pela insuficiente instrução recebida pelos agentes escolares para a implementação da política.

Diante do exposto, com esta investigação, em termos de incidência do Programa “São Paulo Faz Escola”, ampliou-se a visibilidade da insuficiência instrucional, bem como se ressaltou a urgente necessidade de investigações acerca do desenvolvimento colaborativo de dimensões formativas no âmbito do citado Programa

REFERÊNCIAS

CAÇÃO, M. I. Proposta curricular do Estado de São Paulo: retorno do discurso regulativo da Tylerização na educação básica. **Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 3, n. 1, 2010. p. 380-394.

CHARMAZ, K. **A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa**. Tradução de Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

DI GIOVANNI, G. As estruturas elementares das políticas públicas. **Caderno de Pesquisa**, Campinas, v. 6, n. 82, 2009.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

PAES, M. V.; RAMOS, G. P. O Programa “São Paulo faz Escola” e seu modelo de gestão tutelada. **Comunicações**, Piracicaba, v. 21, n. 2, 2014. p. 53-66.

SÃO PAULO (Estado). **Plano Estadual de Educação**. 2007. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=87027>>.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação do Estado. **Currículo do Estado de São Paulo: Ciências da Natureza e suas tecnologias**. São Paulo: SEE, 2011.

TESES E DISSERTAÇÕES ANALISADAS

AGUILERA, C. O. P. **Das orientações curriculares de língua estrangeira da Educação Básica do Estado de São Paulo para as atividades nos cadernos de inglês: uma proposta de avaliação**. 2013. Tese (Doutorado) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2013.

ALMEIDA, G. B. **Representações docentes no Ensino Médio: leitura, escrita e aprendizagem por competências no Currículo do Estado de São Paulo**. 2012. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

APARECIDA NETO, L. **A atuação do professor coordenador frente ao currículo oficial do Estado de São Paulo (2008-2011)**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

BARROS, A. M. **Os conteúdos e a prática pedagógica dos professores de Educação Física: análise do currículo do Estado de São Paulo**. 2014. Tese (Doutorado) – Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2014.

BARROS, R. A. **As implicações do Programa “São Paulo faz escola” no trabalho docente de professores iniciantes: um estudo de caso**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2014.



BERNARDINO, E. A. **Análise e implementação da nova proposta pedagógica estadual para o ensino de língua inglesa no Ensino Fundamental.** 2010. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.

BONATO, N. A. M. **O olhar do professor e dos alunos do Ensino Médio sobre o currículo de Educação Física do Estado de São Paulo.** 2014. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2014.

BOSCHESI, F. H. L. **Práticas pedagógicas com uso das TIC declaradas por professores de Matemática do Ensino Médio no contexto do novo currículo do Estado de São Paulo.** 2016. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

BURANELLO, L. V. A. **Prática docente e a resolução de problemas matemáticos no contexto de mudança curricular do Estado de São Paulo: utopias e desafios.** 2014. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2014.

BUSQUINI, J. A. **A proposta curricular do Estado de São Paulo de 2008: discurso, participação e prática dos professores de Matemática.** 2013. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CARVALHO, A. V. de. **O ensino de física no estado de São Paulo: os cadernos do professor e do aluno no discurso oficial e nas representações dos professores.** 2015. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2015.

CARVALHO, R. F. **O sujeito-professor de Inglês e a discursivização do material didático na rede pública do Estado de São Paulo.** 2016. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016.

CATANZARO, F. O. **O Programa São Paulo faz Escola e suas apropriações no cotidiano de uma escola de Ensino Médio.** 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

DIAS, V. C. **Os docentes e o planejamento educacional: estudo de caso sobre o Programa São Paulo faz Escola em três escolas públicas estaduais de Votorantim-SP.** 2017. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

GIAVARA, A. P. **Entre o discurso e a prática: a implementação do currículo de história para o Ensino Médio no programa educacional “São Paulo faz Escola”.** 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

JUSTINO, L. R. P. **Processos de ensino e de aprendizagem profissionais do professor coordenador pedagógico: caracterização e análise no âmbito de políticas públicas educacionais no Estado de São Paulo.** 2017. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2017.

MAIA, J. O. **Professor de Química, o livro didático e o caderno do Estado de São Paulo: relações complexas.** 2013. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Instituto de Física, Instituto de Química, Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MALDONADO, L. R. S. **Reformas educacionais na perspectiva de docentes: o Programa São Paulo faz Escola.** 2013. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

- MARCONDES, V. V. **Políticas públicas: o ensino de arte na Educação Básica.** 2012. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2012.
- MELONI, A. **Currículo e ensino de geografia: análise da implementação do Programa São Paulo faz Escola.** 2013. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.
- MININEL, S. M. X. **A atuação de professores de acordo com as orientações da Proposta Curricular de Química do Estado de São Paulo.** 2009. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Química da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009.
- MURBACH, M. A. **Os conteúdos ginásticos do ensino fundamental II no currículo do Estado de São Paulo: desenvolvimento e análise.** 2017. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2017.
- NUNES, P. S. **Reforma curricular na rede estadual de ensino de São Paulo: decorrências para a organização do trabalho em uma escola.** 2014. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2014.
- OKUBO, T. C. A. Q. **Currículo em contextos: permeabilidades discursivas na proposta curricular do Estado de São Paulo (2008).** 2012. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- OLIVEIRA, C. M. S. **As implicações da implementação do currículo oficial do Estado de São Paulo no cotidiano de uma escola.** 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.
- PALOMO, V. S. **O currículo oficial da Educação Básica do Estado de São Paulo: determinantes para o ensino da Geografia Ambiental.** 2016. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.
- PERALTA, D. A. **Formação continuada de professores de Matemática em contexto de reforma curricular: contribuições da Teoria da Ação Comunicativa.** 2012. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2012.
- PEREIRA, S. de C. **A proposta curricular do Estado de São Paulo e a sala de aula como espaço de transformação social.** 2011. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- RAMPINI, E. A. **Currículo e identidades docentes: o caso da proposta curricular da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.** 2011. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- ROCHA, R. L. F. **A prática pedagógica de educação física a partir do currículo de São Paulo.** 2014. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- RODRIGUES, J. D. Z. **Implicações do projeto “São Paulo faz Escola” no trabalho de professores do ciclo I do Ensino Fundamental.** 2010. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.
- RODRIGUES, M. S. **As professoras e os professores de arte e o currículo de São Paulo: apropriações e negociações [trans]formadoras.** 2016. Tese (Doutorado) – Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2016.

SALMAZO, M. M. **Uma proposta de formação de gestores tendo em vista a implantação do Programa São Paulo faz Escola.** 2016. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2016.

SANTOS, A. C. **Proposta curricular do Estado de São Paulo: a relação entre crenças e a prática de dois professores de Inglês.** 2015. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2015.

SANTOS, L. M. **O Currículo Oficial de Geografia do Estado de São Paulo e os conceitos geográficos escolares.** 2013. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

SENE, M. R. **Aulas de arte: reflexões sobre currículo, docência, criatividade e a escola inclusiva.** 2016. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2016.

SILVA, E. B. **As reformas educacionais do Estado de São Paulo, 2008: repercussões na formação do aluno e do professor de Geografia.** 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

TEIXEIRA, C. P. **São Paulo faz Escola, mas quem faz Filosofia? Um estudo sobre a regulação do trabalho docente e a resistência às formas de controle e disciplinarização.** 2016. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

VIOLANTE, M. R. M. **As representações docentes e os usos do Caderno do Aluno de Língua Inglesa na Rede Pública Estadual de São Paulo: uma abordagem qualitativa.** 2011. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.